

Câmara Municipal de Bariri

PROJETO DE LEI Nº

16

/2018

OBJETO DELIBERAÇÃO

As Comissões e

Justico Redow
Anonim Quomento

SALA SESSÕES

23 / 11 / 2018

PRESIDENTE

Declara de utilidade pública ***“INSTITUIÇÃO CORCEL ENCANTADO”***.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública ***“INSTITUIÇÃO CORCEL ENCANTADO”***, com sede no sitio Arco Iris, Bairro Lagoa Messias, neste município de Bariri.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei, visa declarar de utilidade pública municipal entidade considerada de caráter privada, de natureza filantrópica, sem fins lucrativos conforme consta de seu estatuto de constituição, cuja cópia e demais documentos constam anexo.

Verifica-se registro Cadastro Nacional da Pessoa Juridica sob número 28.611.983/0001-11.

Invocamos para apreciação do Plenário, caráter de urgência a essa matéria, visto tratar da última sessão do ano.

Câmara Municipal de Bariri, 23 de novembro de 2.018.

Benedito Antonio Franchini
Vereador

Câmara Municipal
de Bariri


23 NOV. 2018

PROTOCOLO
Nº 704

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.611.983/0001-11 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 22/08/2017
NOME EMPRESARIAL INSTITUICAO CORCEL ENCANTADO ✓			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.12-0-99 - Outras atividades associativas profissionais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO SIT ARCO IRIS	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 17.250-000	BAIRRO/DISTRITO LAGOA MESSIAS	MUNICÍPIO BARIRI	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO EQUOTERAPIACORCELENCANTADO@GMAIL.COM		TELEFONE (14) 8169-9487	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/08/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **12/09/2017** às **13:43:08** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



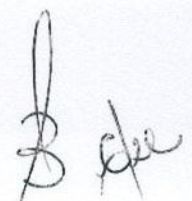
Preparar Página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE ORDINÁRIA DE APROVAÇÃO DE
ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA INSTITUIÇÃO
CORCEL ENCANTADO.**

Aos 30 (trinta) dias do mês de maio do ano de 2.017, as 20:00 horas, reuniram-se os abaixo assinados, doravante designados fundadores, no Sítio Arco Íris, Bairro Lagoa Messias, CEP: 17.250-00, nesta cidade de Bariri/SP, com a finalidade de fundar uma associação, que se denominará **INSTITUIÇÃO CORCEL ENCANTADO**. Iniciada a reunião, foi escolhido para presidi-la a Sra. ANA BEATRIZ BERTONCELLO RODRIGUES URBANO. Para secretariá-la foi indicado a Sra. SANDRA REGINA DOS SANTOS LOPES. Aberto os trabalhos, a Presidente fez a leitura da pauta da reunião, contendo os seguintes assuntos: a) fundação da associação, b) aprovação do estatuto, c) eleição da Diretoria. A Sra. Presidente solicitou a Sra. Secretária que procedesse à leitura do projeto de estatuto, artigo por artigo. Concluída a leitura, foi o mesmo submetido à discussão e posterior votação. Ouvidos os presentes, o estatuto foi, então, aprovado por unanimidade. Dando-se prosseguimento aos trabalhos, e após sugestão de nomes para comporem os órgãos diretivos, procedeu-se à eleição e posse da Diretoria, que terá mandato de 2 (dois) anos, com duração até 30 de maio de 2019, e que ficaram assim constituídos:

Presidente: ANA BEATRIZ BERTONCELLO RODRIGUES URBANO, brasileira, empresária, casada, portadora do RG 43.471.085-4, e do CPF 339.535.538-10, residente na Avenida Margarida Maria, 323, Bairro Santa Terezinha, nesta cidade de Bariri/SP;



Vice-presidente: PAULO SERGIO BAPTISTA, brasileiro, encarregado automotivo, casado, portador do RG 21.684.965-2, e do CPF 120.203.818-26, residente na Rua João Maria dos Santos, 759, Jd. Umuarama, nesta cidade de Bariri/SP;

Tesoureiro: FELICIO JOSE BOLLINI, brasileiro, engenheiro, casado, portador do RG 6.830.131, e do CPF 924.289.328-53, residente na Alameda Nossa José Galvão Filho, 149, Jd Nova Bariri, nesta cidade de Bariri/SP;

Secretário: SANDRA REGINA DOS SANTOS LOPES, brasileira, empresária, portadora do RG 16.671.318-1 e do CPF 093.559.048-00, residente na Rua Victoria Venturini Romão, 408, Jardim Yang, nesta cidade de Bariri/SP;

Após a eleição, os dirigentes eleitos tomaram posse. Finalmente, a Senhora Presidente passou a palavra para quem quisesse se manifestar, e na ausência de manifesto e nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Assembléia Geral Ordinária, determinando a mim, que servi como Secretária que lavrasse a presente Ata e levasse a registro junto aos órgãos públicos competentes, para surtir os efeitos jurídicos necessários. A presente segue assinada pela Presidente Ana Beatriz Bertoncello Rodrigues Urbano e por mim Secretária Sandra Regina dos Santos Lopes.

Segue abaixo o Estatuto Social ora aprovado
contendo o seguinte teor:



ESTATUTO SOCIAL DA "INSTITUIÇÃO CORCEL ENCANTADO"

CAPITULO I - DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, FORO, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º. – A Instituição Corcel Encantado, fundada em 30/05/2017, é uma instituição privada, de natureza filantrópica, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, com sede e foro no Município de Bariri, Estado da São Paulo, no Sítio Arco Íris, Bairro Lagoa Messias ,CEP: 17.250-00, cujas atividades reger-se-ão pelo presente estatuto e pela legislação em vigor.

Artigo 2º. – A entidade tem por finalidade:

I. Promover saúde, educação e esporte a pessoas com dificuldades motoras, emocionais e de aprendizagem por meio da Equoterapia, contribuindo para sua integração e inclusão social.

II. Promover saúde e educação tendo o cavalo como agente terapêutico, atuando como agente cinesioterapêutico, facilitador do processo ensino-aprendizagem e de inserção ou reinserção social.

III. Favorecer método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar nas áreas de Saúde, Educação e Equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas portadoras de deficiência física e/ou mental ou que têm necessidades especiais.

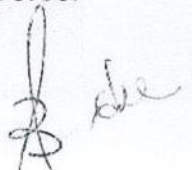
IV. Favorecer Pessoas com Necessidades Especiais (PNE), pessoas com Síndrome de Down, autismo, paralisia cerebral, hiperatividade, fobias, síndrome de pânico, transtornos musculares, problemas respiratórios, problemas cardiovasculares e problemas circulatórios, dentre outros.

V. Despertar melhoras nas áreas de automotivação, confiança, reconhecimento dos limites, diminuição da agressividade, melhora na comunicação, entre outras, utilizando a Equoterapia para favorecer aos seus praticantes uma verdadeira inclusão na sociedade.

VI. Promover uma qualidade de vida melhor, através de Ganhos Fisioterapêuticos, Psicológicos, Pedagógicos e Fonoaudiológicos.

VII. Despertar a superação de limites, atrelada à segurança emocional que o praticante adquire no decorrer das sessões, permite a aplicação destas iniciativas em outros ambientes de convívio social.

VIII. Promover aos praticantes a inclusão no contexto educacional, uma vez que a convivência com profissionais e discentes da Instituição Corcel



Encantado, proporciona a interação social, advinda do relacionamento interpessoal, reforçando que não há práticas segregativas no referido meio.

IX. Criar espaço de participação e integração das famílias no projeto e deste na comunidade;

X. Favorecer uma rede de cooperação e participação de voluntários locais e internacionais como apoio à Instituição Corcel Encantado

XI. Promover ações administrativas e judiciais de interesse coletivo dos beneficiários da Instituição Corcel Encantado

XII. Trabalhar em redes e parcerias com outras instituições.
Parágrafo Primeiro - As atividades a serem desenvolvidas para alcançar as finalidades dos incisos deste parágrafo, deverão estar previstas em um Plano Anual de Trabalho elaborado pela Instituição Corcel Encantado .
Parágrafo Segundo - As atividades serão desenvolvidas observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência,

Parágrafo Terceiro - Para atender suas finalidades a entidade poderá organizar bazares, promover bingos beneficentes, rifas e sorteios, bem como, poderá celebrar convênios, receber subvenções, doações, fazer aplicações financeiras que visem o rendimento do capital da entidade. Tudo com a expressa obediência à legislação pertinente, objetivando aumentar a receita, a qual será, única e exclusivamente, direcionada para as finalidades sociais às quais a entidade se propõe.
Parágrafo Quarto - Os convênios e subvenções poderão ser através de recursos oriundos do poder público Municipal, Estadual e do Governo Federal, Iniciativas Privadas, ONGs e Órgãos ou Entidades Internacionais.

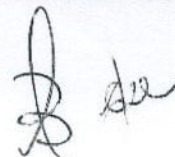
Artigo 3º. - No desenvolvimento de suas atividades, a entidade não fará qualquer distinção de raça, cor, sexo, condição social, credo político ou religioso.

Artigo 4º. - A entidade poderá adotar um Regimento Interno que, se aprovado pela Diretoria, disciplinará seu funcionamento.

Artigo 5º. - A fim de cumprir suas finalidades, a entidade poderá se organizar em tantas unidades quantas forem necessárias, a critério da Diretoria.

CAPÍTULO II : DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 6º - A Assembléia Geral Deliberativa é o órgão máximo e soberano da Associação, e será constituída pelos seus associados em pleno gozo de seus direitos. Reunir-se-á na segunda quinzena de janeiro, para tomar conhecimento das ações da Diretoria e, extraordinariamente, quando devidamente convocada. Constituirá em primeira convocação com a maioria absoluta dos



associados e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número, deliberando pela maioria simples dos votos dos presentes, salvo nos casos previsto neste estatuto, tendo as seguintes prerrogativas.

- I. Fiscalizar os membros da Associação, na consecução de seus objetivos;
- II. Eleger e destituir os administradores;
- III. Deliberar sobre a previsão orçamentária e a prestação de contas;
- IV. Estabelecer o valor das mensalidades dos associados;
- V. Deliberar quanto à compra e venda de imóveis da Associação;
- VI. Aprovar o regimento interno, que disciplinará os vários setores de atividades da Associação;
- VII. Alterar, no todo ou em parte, o presente estatuto social;
- VIII. Deliberar quanto à dissolução da Associação;
- IX. Decidir, em última instância, sobre todo e qualquer assunto de interesse social, bem como sobre os casos omissos no presente estatuto.

Parágrafo Primeiro - As assembleias gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias, e serão convocadas, pelo Presidente ou por 1/5 dos associados, mediante edital fixado na sede social da Associação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização, onde constará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou;

Parágrafo Segundo - Quando a assembleia geral for convocada pelos associados, deverá o Presidente convocá-la no prazo de 3 (três) dias, contados da data entrega do requerimento, que deverá ser encaminhado ao presidente através de notificação extrajudicial. Se o Presidente não convocar a assembleia, aqueles que deliberam por sua realização, farão a convocação;

Parágrafo Terceiro - Serão tomadas por escrutínio secreto as deliberações que envolvam eleições da diretoria e o julgamento dos atos da diretoria quanto à aplicação de penalidades.

CAPÍTULO III: DOS ASSOCIADOS:

Artigo 7º. – A entidade será constituída por número ilimitado de associados, distribuídos em duas categorias, a saber:

- I. Fundadores - Aquelas pessoas físicas, com direito a voto vitalício, responsáveis pela constituição da entidade, onde se reserva a função de tutelar preeminente os "fins e espírito" da associação, a modo de garantir de que com o correr dos anos, não mude a finalidade social e os princípios apolíticos, não ideológicos para a qual foi criada.
- II. Associados contribuintes – todas as pessoas, físicas ou jurídicas, que colaborarem para a realização dos objetivos da entidade e



contribuírem mensalmente com quantia financeira mínima, estabelecida no regimento interno.

- III. Associados participantes – aqueles que participarem em forma regular, ativa e graciosamente das atividades da entidade, oferecendo apoio material e/ou seus serviços.

Parágrafo Primeiro – Os associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da entidade, e também não terão qualquer direito no caso de retirada ou exclusão, não recebendo remuneração ou honorários por serviços ou trabalhos realizados.

Parágrafo Segundo – Os associados terão voz ativa, em todas as reuniões para melhorias ou críticas da Instituição Corcel Encantado.

Artigo 8º - São deveres de todos os associados:

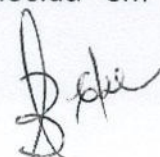
- I. Respeitar e observar o presente estatuto, as disposições regimentais e as resoluções ou decisões da Diretoria
- II. Prestar à entidade toda a cooperação moral, material e intelectual, e lutar pelo engrandecimento da mesma;
- III. Comparecer às reuniões gerais quando convocados, e ainda participar dos grupos designados a promover atividades patrocinadas pela entidade;
- IV. Comunicar, por escrito, à Diretoria mudanças de residência;
- V. Integrar as comissões para as quais for designado, cumprir os mandatos recebidos e os encargos atribuídos pela Diretoria.

Artigo 9º. – São direitos iguais de todos associados fundadores, contribuintes e participantes:

- I Participar de todos os eventos patrocinados pela entidade;
- II. Apresentar à Diretoria, por escrito, sugestões e propostas de interesse da entidade;
- III. Solicitar à Diretoria reconsiderações de atos que julguem não estar de acordo com os estatutos;

Artigo 10º. – A admissão do associado será solicitada a pedido de um associado em gozo de seus exercícios, através de uma carta com os dados do candidato que, será entregue à Diretoria para. A Demissão do associado se dará por pedido do próprio associado, através de carta dirigida à Diretoria.

Artigo 11 – A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em



procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de:

- I. Violação do Estatuto Social;
- II. Difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- III. Atividades contrárias às decisões das reuniões gerais;
- IV. Desvio dos bens costumes;
- V. Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;
- VI. Falta de pagamento, por parte dos "associados contribuintes", de três parcelas consecutivas das contribuições associativas sem justificação.

Parágrafo Primeiro – A proposta de exclusão do associado poderá ser feita por qualquer associado em gozo de seus exercícios, através de carta fundamentada apresentada à Diretoria. Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação.

Parágrafo Segundo – Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, o pedido de exclusão será decidido em reunião extraordinária da Diretoria, por maioria simples de votos dos diretores presentes.

Parágrafo Terceiro – Da decisão da Diretoria caberá recurso, por parte do associado e da parte que apresentou o pedido de exclusão, a qual deverá ser convocada pelo Presidente dentro do prazo máximo de 30 (trinta) para a apreciação e decisão final do recurso.

CAPÍTULO IV: DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 12 – São órgãos administrativos da entidade:

- I. Diretoria;

Artigo 13 - A Diretoria da Associação será constituída por 04 (quatro) membros, os quais ocuparão os cargos de: Presidente, Vice Presidente, Secretário e Tesoureiro. A Diretoria reunir -se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocada pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

CAPÍTULO V: DA DIRETORIA



Artigo 14 – Compete à Diretoria:

- I. Administrar a entidade;
- II. Cumprir e fazer cumprir rigorosamente o estatuto, o regimento interno e as decisões da Assembléia Geral;
- III. Elaborar e apresentar o relatório anual;
- IV. Nomear comissões especiais e permanentes, grupos de trabalho;
- V. Aprovar o regimento interno;
- VI. Aprovar a admissão e a demissão de funcionários;
- VII. Autorizar a obtenção de empréstimos e a celebração de contratos;
- VIII. Apresentar as contas e o balanço anual para apreciação e aprovação.

Artigo 15 – A Diretoria reunir-se-á:

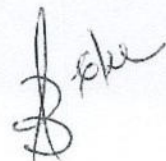
- I. Ordinariamente a cada dois meses
- II. Extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo Primeiro – As convocações serão feitas pelo presidente ou pela maioria dos diretores.

Parágrafo Segundo – Das reuniões lavrar-se-á ata em livro próprio, que deverá ser firmada pelos membros presentes na reunião.

Artigo 16 – Compete ao presidente atribuir-lhe:

- I. Zelar com dedicação pelo bom andamento, ordem e prosperidade da entidade;
- II. Representar a entidade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- III. Constituir procuradores, aprovados pela Diretoria;
- IV. Cumprir e fazer cumprir este estatuto e o regimento interno;
- V. Superintender todo o movimento da entidade, coordenando o trabalho dos demais diretores;
- VI. Admitir e demitir os empregados e prestadores de serviços da entidade, quando for necessário;



VII. Presidir as assembléias gerais e as reuniões da Diretoria, subscrevendo com secretário as respectivas atas;

VIII. Nomear os diretores dos departamentos existentes ou que forem criados, para melhorar o desempenho e a coordenação dos trabalhos e atividades desenvolvidos pela entidade;

IX. Autorizar a execução dos planos e trabalho aprovados pela Diretoria;

X. Juntamente com o tesoureiro:

a) Autorizar a movimentação de fundo da entidade, abrir e encerrar contas bancárias e movimentá-las;

b) Contrair empréstimos;

c) Celebrar contratos de interesse da entidade.

XI. Juntamente com o tesoureiro :

a) Adquirir bens imóveis e aceitar doações com encargos onerosos;

b) Alienar, hipotecar, dar em caução ou permutar os bens da entidade.

Artigo 17 – Compete ao secretário:

I. Superintender, organizar e dirigir os serviços da secretaria;

II. Ter sob sua responsabilidade livros e arquivos relacionados às suas atribuições;

III. Secretariar as sessões das reuniões da diretoria, redigir e subscrever as respectivas atas;

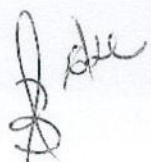
IV. Responsabilizar-se pelos serviços de divulgação dos trabalhos sociais, esclarecimentos e relações públicas, mantendo contato e intercambio com órgãos de imprensa e comunicação.

Artigo 18 – Compete ao Tesoureiro:

I. Superintender, organizar e dirigir os serviços de tesouraria, zelando pelo equilíbrio, correção e propriedade orçamentária da entidade;

II. Arrecadar a receita e efetuar o pagamento das despesas;

III. Dirigir e fiscalizar a contabilidade, zelando para que seja feita de forma legal e dentro dos princípios dessa administração, e ter sob sua responsabilidade os livros e documentos necessários para esses fins;



IV. Apresentar, mensalmente, à Diretoria o livro caixa do movimento da receita e despesa do mês anterior.

CAPÍTULO VI: DO PATRIMÔNIO

Artigo 19 - O patrimônio da Associação será mantido por:

- I. Contribuições mensais dos associados contribuintes;
- II. Doações, legados, bens, direitos e valores adquiridos, e suas possíveis rendas e, ainda, pela arrecadação dos valores obtidos através da realização de festas e outros Eventos, desde de que revertidos totalmente em benefício da associação;
- III. Aluguéis de imóveis e juros de títulos ou depósitos.

Artigo 20 – O patrimônio da entidade compor-se-á dos bens móveis e imóveis a ela pertencentes, ou que vierem a ser adquiridos por compra, doação ou legado, contribuições, donativos, auxílios oficiais ou subvenções de qualquer tipo ou natureza.

Parágrafo Primeiro – A entidade não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

Parágrafo Segundo – Todos os bens, rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais.

Parágrafo Terceiro – As subvenções e doações recebidas serão integralmente aplicadas nas finalidades as que estejam vinculadas.

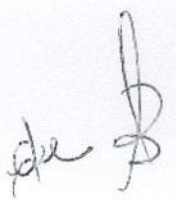
Parágrafo Quarto – Os recursos advindos dos poderes públicos deverão ser aplicados no município em que a entidade tem sua sede, ou no caso de haver unidades prestadoras de serviços a ela vinculadas, no âmbito do estado conessor.

Artigo 21 – A entidade não constitui patrimônio exclusivo de um grupo determinado de indivíduos, famílias, entidades de classe ou de associação em caráter beneficente de assistência social.

CAPÍTULO VII: DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 22 – O exercício financeiro coincide com o ano civil.

Artigo 23 – O presente estatuto social poderá ser reformado, no todo ou em parte e em qualquer tempo, por decisão da Diretoria, e sócios fundadores, em



assembléia geral especialmente convocada para esse fim e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

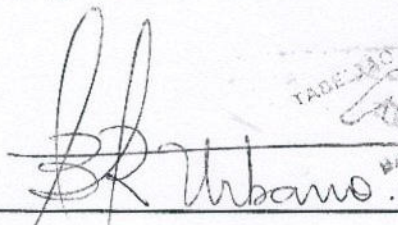
Artigo 24 – A entidade será dissolvida por decisão de assembléia geral extraordinária especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Artigo 25 – A entidade está estabelecida na propriedade cedida pelo Sr. Luis Claudio Dugnani, e as benfeitorias foram realizadas através de doações de terceiros. Em caso de dissolução ou extinção, a entidade destinará o eventual patrimônio ao Proprietário do local cedido.

Artigo 26 – Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

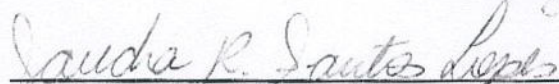
Certifico e dou fé que a presente ata é cópia autêntica da original, no livro próprio nas páginas 02 a 12.

Bariri, 30 de Maio de 2017



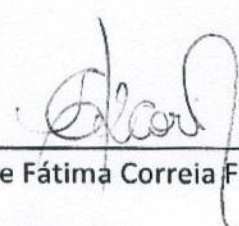
Ana Beatriz Bertoncello Rodrigues Urbano

Presidente



Sandra Regina dos Santos Lopes

Secretária



Jackeline de Fátima Correia Facin

OAB/SP 253.305

ALOÍSIO BUENO
Oficial do
Registro de Imóveis

Registro de Imóveis e Antiquários
Av. C. Barilari, 602 - CEP 17250-000 - Bariri - SP - Tel. (14) 3662-2446
CNPJ nº 51.948.280/0001

BARIRI / SP

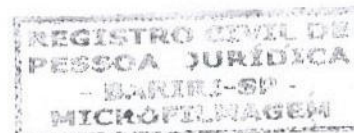
Protocolado sob o nº 1.097 em 08/08/2017 e Registrado em microfilme sob nº 5.123 - Filme 247 - Arq. P. 34 -

nº 418, em Pessoa Jurídica.
Bariri, 22 de agosto de 2017.
Emolumentos: 122,46 Esc. 34,86 Cart. 23,81
Reg. Civil: 6,48 Trib. Justiça: 8,99 Min. Público:
I.M. 4,86 Total: 209,12

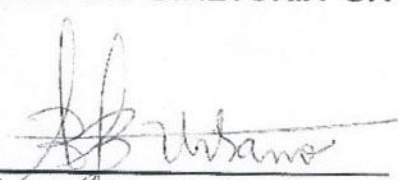
BEL. ALOÍSIO BUENO - OFICIAL

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
BEL. ALOÍSIO BUENO
TÍT. DELEGACÃO
BARIRI - RST. SÃO PAULO





LISTA DE PRESENÇA – ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE ORDINÁRIA DE APROVAÇÃO DE ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA INSTITUIÇÃO CORCEL ENCANTADO:

Presidente: ANA BEATRIZ BERTONCELLO URBANO: 

Vice-presidente: PAULO SERGIO BAPTISTA: 

Tesoureiro: FELICIO JOSE BOLLINI: 

Secretário: SANDRA REGINA DOS S. LOPES: 

CERTIDÃO DE ATOS PRATICADOS - PROTOCOLO N°: 1097

CERTIFICA que o presente título, protocolado sob número 1.097 em 08/08/2017, deu origem ao(s) seguinte(s) ato(s) nesta Serventia:

ATO

Valor Base	Oficial	Estado	Carteira	R. Civil	Tribunal	M.P.*	I.M.**	TOTAL
MF N°5.123- FILME N°- Filme 247 - Arq.P. 34 - n°418								
0	R\$ 78,34	R\$ 22,27	R\$ 15,24	R\$ 4,12	R\$ 5,38	R\$ 3,76	R\$ 3,13	R\$ 122,46
PÁGINAS ACRESCER								
8	R\$ 38,72	R\$ 11,04	R\$ 7,52	R\$ 2,08	R\$ 2,64	R\$ 1,84	R\$ 1,52	R\$ 65,32
Microfilme n°5.123								
1	R\$ 5,40	R\$ 1,55	R\$ 1,05	R\$ 0,28	R\$ 0,37	R\$ 0,26	R\$ 0,21	R\$ 9,12

Os valores devidos ao Estado e a Carteira de Previdência foram pagos por verba conforme guia arquivada em cartório.

Tabela e valores vigentes na data da prenotação COTA: UFESP(8,25)

Oficial	Estado	Carteira	Reg. Civil	Tribunal	M.P.*	I.M.**	TOTAL
R\$ 122,46	R\$ 34,86	R\$ 23,81	R\$ 6,48	R\$ 8,39	R\$ 5,86	R\$ 4,96	R\$ 206,72

* Ministério Público
** Imposto Municipal

Obs.:

BARIRI, 22 de agosto de 2017

BEL. ALOÍSIO BUENO
OFICIAL

